

# US\$ 9,4 BI NA MÃO

O Senado aprovou ontem por votação simbólica, os acordos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e o Banco do Japão, que colocam à disposição do país linhas de crédito no valor de US\$ 32,5 bilhões. O Senado ainda deve votar em separado os empréstimos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que somam US\$ 9 bilhões. Esses valores fazem parte do pacote de US\$ 41,5 bilhões dos organismos internacionais para ajudar o Brasil a superar a crise.

O governo começou ontem mes-

mo, tão logo os acordos foram aprovados, a encaminhar às instituições internacionais os documentos necessários para sacar a primeira parcela dos recursos. Da parcela inicial de US\$ 10,9 bilhões posta à disposição por FMI, BIS e Banco do Japão, o governo irá sacar US\$ 9,4 bilhões, que devem ingressar no país na semana que vem e reforçar as reservas internacionais, atualmente na casa dos US\$ 40,5 bilhões.

Segundo o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, o governo optou por retirar um valor elevado logo na

primeira parcela para mostrar que os recursos estão mesmo disponíveis e transmitir credibilidade ao mercado.

"Neste tipo de acordo, por ser preventivo, parte-se da premissa de que não seria necessário sacar 100% dos recursos. Mas é útil sacar um volume significativo no começo para mostrar que os recursos existem", explicou. Dessa forma, o governo optou por sacar 100% do dinheiro disponível na linha de empréstimos tradicionais do FMI, conhecida como *stand-by*, e mais 82% do Programa de Reserva Suplementar, totalizando US\$ 4,8 bilhões. Do total oferecido pelos países ricos,

por meio do BIS, o governo irá usar cerca de US\$ 4,2 bilhões, além de mais US\$ 400 milhões do Banco do Japão, o que representa também 82% da primeira parcela prevista.

## JUROS

O presidente Fernando Henrique Cardoso negou ontem no Rio que o Brasil tenha assumido qualquer compromisso com o FMI que impeça na prática a queda na taxa de juros. "Não existe nenhuma cláusula que leve o Brasil a tomar decisões que não sejam as suas próprias. O País tem de acabar com essa mentalidade colonialista de imaginar que um especialista ou diretor do

FMI emite uma opinião e isso nos obriga a adotá-la. Só o que nos obriga a tomar decisões que interessam ao Brasil é o povo", reagiu.

No encerramento da reunião de cúpula do Mercosul, Fernando Henrique fez questão de ressaltar que o País continua independente em relação à condução de sua política econômica, apesar do acordo com o Fundo. "É muito ruim essa mentalidade. Imaginar que há ordens ditadas de fora. Isso não existe. Nós temos capacidade de decisão. O Brasil é uma economia demasiadamente importante, uma sociedade demasiadamente madura para raciocinar que seja possível

uma decisão externa sobre taxas de juros. É o mercado que decide. A taxa de juros não fica elevada porque se deseja. É por condições objetivas", disse o presidente.

Perguntado se a crise na economia brasileira, o acordo com o Fundo, os juros altos e as dificuldades para aprovar o ajuste fiscal no Congresso não acabariam abalando o Mercosul, o presidente disse que estas eram afirmações equivocadas e criticou a "premonição do caos". Segundo ele, não é certo dizer que tudo está indo mal, porque isso não é verdade. "É preciso entender que isso aqui é um grande país, que tem decisões próprias."